



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

COMPROMISSO COM OS PROFESSORES

Os professores e educadores portugueses são, reconhecidamente, um corpo profissional que assume com grande empenhamento e profissionalismo a atividade que desenvolve, o que tem sido reconhecido, tanto no plano nacional, como internacional, sendo disso exemplo o recente relatório do PISA, elaborado pela OCDE.

A esse esforço dos professores não tem, contudo, correspondido o merecido reconhecimento que deveria estar presente nas preocupações políticas dos governos, o que levou à degradação das suas **condições de trabalho** e à desregulação dos seus **horários de trabalho**, muito por força da não definição clara do conteúdo das suas componentes letiva e não letiva e, também, pela utilização de reduções de horário criadas para atenuar o desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão, mas preenchidas com atividades tão ou mais desgastantes que a titularidade de turma.

Os professores são dos grupos profissionais em que a **precariedade** se faz sentir de forma mais acentuada, representando quase metade da contratação a termo no Estado, e, por outro lado, são um corpo profissional extremamente desgastado, devido à já referida deterioração das condições de trabalho e ao agravamento dos horários, mas, também, ao seu envelhecimento. Este é um problema reconhecido por todos, mas em relação ao qual os responsáveis políticos nada fizeram, até agora, para que se resolvesse.

Aspeto que também é muito importante para os professores é o direito a uma **carreira** digna e a sua efetiva aplicação. Esse direito está a ser negado aos docentes, não apenas devido a um congelamento que já se arrasta há sete anos, mas também por um outro conjunto de procedimentos e circunstâncias que o têm vindo a pôr em causa e a desvalorizar fortemente os seus salários.

As principais preocupações dos professores passam, ainda, por aspetos que se relacionam com a organização das escolas e a defesa de uma Escola Pública de qualidade, razão por que defendem, inequivocamente, a **gestão democrática** das escolas (confirmado pela participação e respostas a inquérito recentemente promovido pela FENPROF) e rejeitam o processo de **municipalização** que o governo pretende levar por diante. O sucesso dos alunos e a promoção da inclusão, numa escola que se quer para todos, impõem essa organização democrática das escolas e o reforço da sua autonomia.

Uma última nota para a necessidade de o Ministério da Educação reconhecer os Sindicatos como parceiros insubstituíveis, valorizando a sua iniciativa, o que não tem acontecido, como se confirmou, recentemente, pela sua exclusão do lote de convidados para debater o processo de descentralização, pela abertura de procedimentos de discussão pública sobre matérias que, sendo de negociação obrigatória, foram antes negociadas, ou pelas dificuldades colocadas ao exercício da atividade sindical pelos professores.

Neste quadro, que tem vindo a complexificar-se, a **FENPROF propõe ao Ministério da Educação que assuma os seguintes compromissos com os professores e educadores:**

- **Carreiras docentes: *compromisso*** de descongelamento das carreiras em 1 de janeiro de 2018; resolução prévia das ilegalidades que persistem; respeito pela estrutura estabelecida no ECD; disponibilidade para iniciar negociações, com vista à recuperação e contagem integral do tempo de serviço;

- **Horários de trabalho: *compromisso*** de definição clara dos conteúdos das componentes letiva e não letiva dos docentes; integração dos intervalos do 1.º Ciclo do Ensino Básico na componente letiva; conversão das horas de redução do artigo 79.º do ECD em horas de componente individual de trabalho; remoção, do conjunto de tarefas dos docentes, das de carácter administrativo; aplicação à Educação Pré-Escolar do calendário escolar do Ensino Básico, conforme recomendação da Assembleia da República;

- **Aposentação: *compromisso*** de negociação de um regime especial de aposentação para os professores, tendo em conta os reconhecidos desgaste e envelhecimento do corpo docente das escolas e a necessidade de garantir a sua renovação;

- **Vinculação: *compromisso*** de abertura de processos de vinculação extraordinária nos próximos dois anos da Legislatura; abertura de um processo de vinculação extraordinária, com efeitos a 1 de setembro de 2017, para os docentes das escolas públicas de ensino artístico; revisão da designada “norma-travão”, no sentido de dar eficácia à Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho;

- **Descentralização: *compromisso*** de, no quadro do designado processo de descentralização de competências para os municípios, não ser transferida qualquer responsabilidade que hoje está atribuída às escolas, devendo as organizações sindicais ser envolvidas nesse debate;

- **Gestão democrática: *compromisso*** de revisão do atual modelo de gestão das escolas, visando, não apenas, reforçar as suas lideranças, como democratizá-las.

- **Intervenção sindical: *compromisso*** de valorização das organizações sindicais, reforçando a sua participação nos processos de discussão, negociação e definição das políticas educativas, respeitando, desta forma, a Recomendação conjunta UNESCO/OIT sobre a situação do pessoal docente; clarificação das condições de participação dos docentes na atividade sindical, não restringindo ao local de trabalho a utilização das 15 horas legalmente previstas.

Caso o Ministério da Educação assuma estes compromissos com os professores, a FENPROF está disponível para iniciar processos negociais sobre cada um dos aspetos colocados, definindo conteúdos e prazos.

Lisboa, 5 de abril de 2017
O Secretariado Nacional